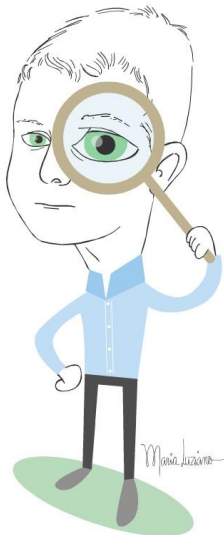


PERSONA

com Renato Morgado



Lilian Geraldini
lilian@jornal.com.br

“
O que mais me motiva é poder estimular e compartilhar conhecimentos para que mais pessoas participem das discussões públicas”

“
Os piracicabanos estão muito mais ativos no debate sobre os rumos da cidade e em ações de controle social”

Observador do poder público e da sociedade

Integrante do Observatório Cidadão, Renato Morgado fala sobre as conquistas nos dois anos da iniciativa coletiva

de à Vida), Pasca (Pastoral do Serviço da Caridade) e Unesp (Universidade Estadual Paulista) e que conta com o apoio da Caterpillar, do Fundo de Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo e da Pró-Reitoria de Extensão Universitária da Unesp.

Nesta entrevista, Morgado pontua que a democracia, sustentabilidade ambiental e justiça social devem andar juntas e permeiar as ações da sociedade para que se torne cada vez melhor, possibilitando voz às pessoas e proporcionando maior participação delas no cotidiano da comunidade.

O Observatório Cidadão é um órgão formado por diversas entidades para oferecer instrumentos e ferramentas para a sociedade participar e entender mais do cotidiano do poder público. Como vocês se definem?

Como uma iniciativa coletiva que busca contribuir com Piracicaba por meio do monitoramento das políticas públicas e com ações de educação para a cidadania. Temos atuado com diversos temas como transparência pública, meio ambiente, saneamento, mobilidade urbana, orçamento e participação. A intenção é trazer informação para que o cidadão possa participar de forma ativa dos rumos da cidade e para o aprimoramento das políticas públicas. Já realizamos cursos, palestras e cartilhas que atingiram cerca de 6.000 pessoas e temos mais de 120 indicadores em nosso site. A proposta é ser uma iniciativa dinâmica e que traga ferramentas de controle social. No meio deste ano, por exemplo, lançamos o De Olho nas Metas, sistema de informações criado para acompanhar as ações da prefeitura em relação aos compromissos assumidos pelo prefeito Gabriel Ferrato (PSDB) durante a campanha.

Por que a ideia de criar um órgão como este? O que fez com que essas entidades, de segmentos tão diferentes, se unissem para esta finalidade?

O processo de construção do Observatório teve seu início relacionado à Ciosocial (Conferência Municipal

sobre Transparência e Controle Social), realizada em 2011. Foi na conferência que as instituições atualmente responsáveis pelo Observatório passaram a interagir conjuntamente de forma mais intensa. Após o evento, tínhamos o desejo de continuar a atuar em parceria e percebemos que o formato de Observatório, mantido de forma coletiva, seria bastante promissor. São instituições de segmentos diferentes, mas temos a compreensão comum de que a construção de uma cidade com mais qualidade de vida, sustentabilidade ambiental e menos desigualdades passa pelo aprimoramento contínuo das políticas e das instituições públicas e pela participação intensa da sociedade nas decisões.

Vocês acham que o poder público, que no caso é o maior foco da atuação 'fiscalizatória' de vocês, entende o propósito do órgão?

Essa compreensão tem crescido e temos buscado o permanente diálogo com o poder público, já que a nossa intenção é melhorar as políticas públicas. As análises, boletins e propostas que produzimos são sempre encaminhadas ao prefeito e à Câmara de Vereadores para que tenham conhecimento. Estamos sempre abertos também para o esclarecimento de eventuais dúvidas. Além disso, já foram realizadas algumas reuniões para discutir o aprimoramento dos portais da Transparência dos dois órgãos.

Como lidam com as críticas que possam haver na tentativa de desqualificar o órgão?

É preciso separar as duas coisas. As críticas são muito bem-vindas. Elas contribuem para refletirmos sobre o que temos feito e para que o Observatório seja continuamente aprimorado. Já as tentativas de desqualificação, que até agora foram pontuais e isoladas, partem da incompreensão ou mesmo da não aceitação do importante papel que a sociedade deve exercer no monitoramento e no debate público.

Como vocês se conversam sobre as ações que desenvolvem? Há encontros ou reuniões periódicas?

As entidades que compõem o Observatório formam uma secretaria executiva, que tem o papel de definir e planejar as ações. Fazemos encontros mensais, que são realizados de forma itinerante nas sedes das entidades participantes. São nessas reuniões também que aprovamos os boletins, novos temas que serão monitorados e a realização das atividades educativas.

Qual o papel do Imafora, especificamente, no Observatório?

Temos o papel de facilitar a organização da secretaria executiva, realizar as ações de comunicação do Observatório, parte dos cursos e, em parceria com a Unesp, produzir os indicadores e os boletins.

Como você avalia sua participação na vida pública?

O que mais me motiva hoje é poder estimular e compartilhar conhecimentos para que mais pessoas participem das discussões e decisões públicas. Temos a esperança de que questões como o orçamento público ou o planejamento da cidade são para poucos ou somente para os políticos eleitos. São assuntos que interessam a todos nós, pois influenciam o nosso dia a dia. Todos têm contribuições a dar e, na democracia, a participação é um direito fundamental que deve ser exercido.

Já houve divulgação sobre temas como transparência pública, mobilidade e, mais recentemente, sobre as ações aplicadas pelo município com base nas demandas do Orçamento Participativo. O que vocês puderam perceber após a publicação desses documentos?

Qual a repercussão disso?

A repercussão tem sido excelente, o que mostra a relevância desses boletins, que apresentam indicadores, análises, opiniões de especialistas e propostas do Observatório sobre diferentes temas. Os cidadãos e as organizações da sociedade têm se apropriado dessas informações e a difusão pela imprensa tem sido grande. O objetivo de promover o debate público vem sendo alcançado. O desafio agora é fazer com que tudo isso ajude a produzir mais e melhores políticas públicas.

O poder público hoje possibilita maior participação popular, na visão de vocês?

Os instrumentos e canais existem e são garantidos por lei, mas é preciso observarmos como funcionam na prática. Nesse sentido, o Observatório mantém indicadores sobre os conselhos municipais, as conferências, as audiências públicas e o orçamento participativo. Em nossas análises constatamos, por exemplo, que 89% das audiências públicas foram realizadas em horário comercial, o que impede a participação da maior parte das pessoas, e que poucas demandas apresentadas pela população no Orçamento Participativo são efetivamente executadas. É preciso, portanto, que esses instrumentos sejam aprimorados e que de fato as propostas apresentadas pela população sejam levadas em conta pela prefeitura e pela Câmara quando uma decisão é tomada. Sem isso, a participação fica extremamente limitada e as pessoas se sentem desestimuladas a contribuir com a cidade.

Nestes dois anos vocês têm alguma história ou retorno positivo de pessoas que começaram a participar da vida pública após cursos ou materiais publicados pelo Observatório?

Os piracicabanos estão muito mais ativos no debate sobre os rumos da cidade e em ações de controle social do que alguns anos atrás. O Observatório tem contribuído com esse processo de estímulo e capacitação, o que tem sido extremamente gratificante. Temos novas pessoas nesses debates, mas também pessoas que já participavam, mas que estão melhor instrumentalizadas. Apenas para citar um caso, um líder de bairro passou a solicitar informações à prefeitura sobre sua região, utilizando a Lei de Acesso à Informação, e relatou que aprendeu isso em um dos nossos cursos.

O que vocês acreditam que falta na sociedade hoje, em termos de participação da população? Como estimular isso?

É importante relativizar o senso comum de que o brasileiro participa pouco e de que não tem interesse pelas questões coletivas. Somos um país que possui muitas associações, movimentos sociais e cidadãos, que buscam participar de diversas maneiras do debate público. As manifestações de junho de 2013 e a forma intensa com que discutimos as eleições desse ano, apontam um aprofundamento do interesse do brasileiro. Muitos países, inclusive, se inspiram em instrumentos brasileiros de participação como o orçamento participativo e as conferências. Mas ainda estamos longe do ideal. Existem diversas questões importantes para aprofundarmos a participação, mas destaco duas. A primeira é a necessidade de que exista uma abertura real do poder público para ouvir a sociedade, aprimorar os instrumentos existentes e criar novos. A segunda é que ainda existe uma grande lacuna em nosso sistema educacional, que está pouco preparado para educar e sensibilizar os cidadãos para serem agentes ativos na democracia. Temos tentado contribuir com essa questão, por meio da realização de cursos, palestras e materiais educativos.



COMUNIDADE